

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/271446376>

Análise de Redes Sociais aplicada aos Planos Locais de Habitação de Interesse Social: estudo de caso na região Sul do Brasil

Conference Paper · May 2010

CITATIONS

2

READS

170

3 authors, including:



Paulo Nascimento Neto

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)

28 PUBLICATIONS 83 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Tomás Moreira

University of São Paulo

128 PUBLICATIONS 142 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Governança Urbana Fundiária: conceitos, práticas e instrumentos [View project](#)



Financialization of housing policies in Latin America [View project](#)

Análise de Redes Sociais aplicada aos Planos Locais de Habitação de Interesse Social: estudo de caso na região Sul do Brasil¹

Paulo Nascimento Neto (1) Tomás Antônio Moreira (2)

(1) Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, PUCPR, Brasil. E-mail: paulo.nn@uol.com.br

(2) Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, PUCPR, Brasil. E-mail: tomas.moreira@pucpr.br

Resumo: No atual contexto de transformações das políticas públicas municipais, a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social se faz presente na regulação local, constituindo instrumento fundamental para a execução da política urbana, notadamente no tratamento das questões de habitação de interesse social do município. Para isso, são empreendidos esforços no desenvolvimento de soluções referentes aos diversos problemas ligados à temática (ocupação irregular, melhoria da qualidade habitacional e promoção de novas unidades habitacionais), tendo como objetivo final a consolidação de um quadro de reversão do panorama habitacional existente. No processo de construção destes Planos, a análise da rede de atores sociais envolvidos se faz crucial, não apenas pelo conjunto de agentes que atuam na sua elaboração, mas no grande número de consultorias que tem participado deste processo. Neste contexto, este artigo busca investigar – por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais – a rede de relacionamento estabelecida entre consultorias e municípios na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social na região Sul do Brasil. Parte-se da hipótese que um número reduzido de empresas tem, sistematicamente, desenvolvido grande parte dos trabalhos no recorte espacial analisado.

Palavras-chave: plano, habitação social, consultoria, política habitacional.

Abstract: In the current context of municipal public policies transformation, the formulation of Local Plans for Affordable Housing is essential on local regulation and it is a key instrument in the urban policy, especially on issues involving affordable urban housing. For this, efforts are undertaken in developing solutions to specific problems (illegal occupation, improving housing quality and reduction of housing deficit), whose ultimate goal is a framework for reversing the existing housing panorama. In the formulation process of these plans, the social network analysis of social actors becomes crucial, not only by the number of agents working in their development, but the large number of consultants who have participated in this process. In this context, this article seeks to investigate - through the Social Network Analysis methodology - the network of relationships established between consultants and municipalities in the formulation of Local Plans for Affordable Housing in the Brazilian southern geographical region. It starts with the assumption that a few companies have systematically developed a large percent of the works in the spatial area analyzed.

Key-words: plan, affordable housing, consulting, affordable housing policy.

1. INTRODUÇÃO

No atual contexto de transformações das políticas públicas municipais, a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social se faz presente na regulação local, por meio de uma maior responsabilização dos municípios pela elaboração e implementação de políticas públicas, como a urbana e habitacional, bem como na relação com os marcos legais: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade de 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, da Política Nacional de Habitação de 2005, do Sistema Nacional de Habitação de 2006 e do Plano Nacional de Habitação de 2008, bem como dos Planos Diretores Municipais, elaborados na última década.

¹ Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do SETI/ Fundação Araucária através da Bolsa de Mestrado concedida por meio do Programa de Apoio à Verticalização do Ensino Superior Estadual.

Para a formatação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, a construção e implementação da Política, do Sistema e do Plano Nacional de Habitação foram fundamentais. A Política Nacional de Habitação objetivando a promoção das condições de acesso à moradia digna para toda a população brasileira, especialmente a de baixa renda, apresenta dentre seus principais componentes a urbanização e regularização fundiária, a provisão da habitação, bem como a integração urbana de assentamentos precários e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano. Esta política tem como instrumentos centrais o Sistema Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Habitação. O primeiro no objetivo de estabelecer as bases do desenho institucional, por meio da integração entre os três níveis de governo e os agentes públicos e privados, define as regras que asseguram a articulação financeira e os recursos imprescindíveis para implementação da Política Nacional de Habitação. O segundo se propõe a estabelecer metas de médio e longo prazo, as linhas de financiamento e os programas a serem implementados a partir das prioridades de intervenção e critérios para a distribuição de recursos, tendo como base o perfil do déficit habitacional no âmbito nacional. O Plano Nacional de Habitação tem, portanto, como finalidade orientar a construção de uma estratégia até 2023 para equacionar as necessidades habitacionais, quantitativas e qualitativas.

Para a consecução da Política, Sistema e Plano Nacional de Habitação vários agentes foram envolvidos no processo, dentre eles os agentes públicos nas diversas instâncias de poder: operadores, financeiros, promotores e técnicos por meio de uma rede descentralizada e especializada em todo o território nacional; os agentes privados: bancos múltiplos, companhias hipotecárias, entidades repassadoras, companhias securitizadoras, cooperativas de crédito habitacional e consórcios habitacionais; bem como os agentes da sociedade civil: movimentos, comunidade e grupos sociais, instituições universitárias e organizações-não-governamentais.

O conjunto dos agentes intervenientes na consecução da Política, Sistema e Plano Nacional de Habitação definem as redes políticas estruturadas na suas construções e implementações. Estruturas estas que são fundamentais para a compreensão da construção do novo marco das políticas habitacionais no âmbito local, ou seja os Planos Locais de Habitação de Interesse social.

2. PLANOS LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Os Planos Locais de Habitação de Interesse Social vêm a ser o instrumento para a execução da política urbana, notadamente no tratamento das questões de habitação de interesse social do município. Eles têm como finalidade a construção de propostas para reverter o quadro habitacional municipal. Para isso, são empreendidos esforços para apresentar soluções a diversos problemas habitacionais, sejam eles associados à ocupação irregular, a melhoria da qualidade habitacional e a promoção de novas unidades habitacionais.

Eles constituem-se no mais importantes instrumento de gestão da política habitacional dos municípios, que orientam as tomadas de decisões. Juntamente com a Política Nacional de Habitação, o Sistema Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Habitação, estes estruturam e dão corpo a novas políticas municipais de habitação de interesse social. A Política, o Sistema e o Plano Nacional de Habitação dão diretrizes e orientações que norteiam a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Neste conjunto, os Planos Diretores, para os municípios que o elaboraram na última década, também são fundamentais, pois apresentam a política habitacional local, explicitando muitas vezes a política de urbanização e regularização de assentamentos precários, os eixos de desenvolvimento que impactam a questão habitacional e urbana, além dos instrumentos urbanísticos e os princípios democráticos de participação social.

Os Planos Locais de Habitação de Interesse Social em grande parte apresentam, segundo exigências do Plano Nacional de Habitação, a atualização do diagnóstico sobre a situação habitacional municipal, a inserção regional e características do município, a oferta habitacional, o desenho da política habitacional, a elaboração de estratégias de ação, as fontes de financiamento existentes a serem mobilizadas para as ações propostas, a indicação de um sistema de monitoramento e avaliação da política habitacional de interesse social. Eles têm, assim, por objetivo principal expressar as diretrizes e formular uma estratégia de médio e longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais até 2024.

Levando em consideração as diretrizes de prazos do Plano Nacional de Habitação, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social devem estipular sua articulação ao instrumento de planejamento orçamentário-financeiro do governo municipal, como os planos plurianuais. Desta maneira, as metas de produção física e de avanços institucionais estarão atreladas ao planejamento dos recursos necessários. Neste sentido, o horizonte temporal para eles é definido a partir da sincronia com os três próximos Planos Plurianuais (PPAs), tendo o ano de 2024 como horizonte final para a concretização das propostas. É um horizonte temporal para que as propostas possam gerar os efeitos pretendidos, tendo os anos de 2013, 2017 e 2021 como balizas, referentes aos PPAs.

Para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social a questão dos rede de agentes sociais também se faz crucial, em especial, não apenas pelo conjunto de agentes que atuam na elaboração do Plano, mas no grande número de consultorias que tem participado na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

3. ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

3.1. Redes sociais

A correta definição do termo *redes* suscita grandes debates teórico-conceituais, como é apresentado por Borzel (2008) que destaca a existência de várias classificações:

Nas ciências sociais contemporâneas, as redes são estudadas como novas formas de organização social no campo da sociologia da ciência e tecnologia, na economia das redes industriais e redes tecnológicas, na economia das redes industriais e redes tecnológicas, na administração de negócios e nas políticas públicas. [...] Enquanto alguns consideram as redes como uma simples metáfora para denotar o fato de que o processo de construção de políticas envolve uma grande quantidade e variedade de atores, outros as compreendem como uma valiosa ferramenta para analisar as relações entre os atores que interagem em um determinado setor político (BÖRZEL, T A., 2008, p. 220).

Souza e Quandt (2008, p. 34) contribuem com o tema, definindo redes sociais como “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”. Segundo os autores, tais redes têm sido amplamente utilizadas para interpretar fenômenos caracterizados por uma troca intensiva de informações e conhecimentos entre as pessoas. Assim, as redes devem ser vistas como um modo de pensar e de ler os fenômenos. No mesmo sentido, Duarte e Frey (2008, p. 157) colocam que as “redes são menos uma forma geométrica e mais um instrumento intelectual para se entender um fenômeno”. Tais fenômenos abrangem uma ampla diversidade de temáticas, dando a rede um extenso campo de utilização. Uma das áreas de grande aplicação são as redes políticas, definidas como “um método de análise das estruturas sociais, mas não [...] como um método qualitativo ou quantitativo” (BÖRZEL, T A., 2008, p. 220). Em linhas gerais, verifica-se que:

Todos compartilham um entendimento comum, uma definição mínima, ou menor denominador comum, de redes de políticas como um conjunto de relacionamentos relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e interdependentes, conectando uma variedade de atores que compartilham interesses relativos à política e que trocam recursos com o objetivo de atingir esses interesses reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de atingir objetivos em comum (BÖRZEL, T A., 2008, p. 220).

No âmbito das aplicações e entendimentos das redes políticas há três esferas: modelo, teoria e método. Em relação ao entendimento das redes políticas como *modelo*, se destaca sua adoção no campo da ciência política enquanto conceito analítico, visando caracterizar os relacionamentos, interdependências e dinâmicas entre os atores sociais na construção de políticas. A partir deste entendimento, as redes de políticas são entendidas essencialmente como um quadro interpretativo, no qual diferentes atores estão conectados por meio de suas interações em um determinado setor político e no qual os resultados das interações são analisados.

Já a compreensão de redes políticas enquanto *teoria* extrapola o conceito analítico, entendendo que as estruturas sociais possuem um poder explanatório maior que os atributos dos atores individuais. Em resumo, substitui-se a unidade de análise do ator individual para o conjunto de inter-relacionamentos constitutivos das redes inter-organizacionais, resultando na análise das redes políticas como uma forma particular de governança nos sistemas políticos modernos.

Por fim, quanto ao *método*, tanto a abordagem quantitativa quanto a qualitativa utilizam as redes como ferramenta de análise, com a diferença de que a primeira se resume à análise da estrutura social, enquanto a segunda está mais relacionada a processos, ou seja, a estrutura de interação entre os atores.

Desta estrutura, distinguem-se duas dimensões entre redes políticas, a saber: redes políticas como tipologias de intermediação de interesses e redes políticas como formas específicas de governança. A primeira entende redes políticas como um “termo genérico para caracterizar diferentes formas de relacionamento entre grupos de interesse e o estado” (BÖRZEL, T A., 2008 p. 223). A segunda entende redes políticas como “um mecanismo de mobilização de recursos políticos em situações nas quais esses recursos estão amplamente dispersos entre os atores públicos e privados” (opus cit., p. 223).

A diferença fundamental [entre ambas] é que a escola de intermediação de interesses concebe as redes políticas como um conceito genérico que se aplica a todos os tipos de relacionamento entre atores públicos e privados. Para a escola da governança, ao contrário, as redes políticas caracterizam apenas uma forma específica de interação público-privado nas políticas públicas (governança), aquela baseada na coordenação não hierárquica, oposta à hierarquia e ao mercado enquanto formas distintas de governança
(BÖRZEL, T A., 2008 p. 223).

As redes são, assim, formadas por entidades e suas relações, de modo que entidades com um número de relações superior a um são denominadas nós. Neste sentido, Duarte e Frey (2008, p. 156) afirmam que “um elemento não pode ser considerado um nó a não ser que haja articulações com outros nós; e ele deixa de sê-lo quando essas articulações acabam”. Na constituição básica da rede, Duarte e Frey (2008) enumeram três elementos básicos: nós, elos e princípios organizativos. Deste modo, pode-se avistar a rede como um conjunto de relações instáveis que se desenvolvem por meio de regras de funcionamento, dependente da velocidade e da flexibilidade, que juntas dão a rede um caráter extremamente mutável, onde ligações se fazem e desfazem no tempo. Conforme apontado por Duarte e Frey (2008), as redes podem ser consideradas quase uma “não estrutura”, visto que a capacidade de se fazer e desfazer rapidamente compõe sua principal força.

3.2. Análise de Redes sociais (Social Network Analysis – SNA)

A Análise de Redes Sociais (Social Network Analysis – SNA) é uma metodologia de origem multidisciplinar que apresenta como principal vantagem a formalização gráfica e quantitativa de processos e propriedades específicas de uma realidade social (SOUZA e QUANDT, 2008).

Este procedimento metodológico tem por objetivo levantar conteúdos provenientes da interação entre unidades independentes. Em levantamento de dados de redes sociais são considerados como elementos primários os elos entre os nós da rede e como elementos secundários os atributos dos atores. Dentro deste contexto, vale destacar Souza e Quandt que afirmam:

Para efeito de análise dos dados, as relações entre atores são consideradas tão fundamentais quanto os próprios atores. A Análise de Redes Sociais permite que a qualidade das interações seja apreendida quantitativamente, possibilitando a geração de matrizes e gráficos que facilitam a visualização destas relações
(SOUZA e QUANDT, 2008, p.33).

Conforme apontado pelos autores existe três fundamentos teóricos básico de Análise de Redes Sociais, a saber: teoria dos grafos, teoria estatística e modelos algébricos. A teoria dos grafos privilegia uma análise qualitativa dos dados, enquanto os outros métodos são adotados quando é necessário testar matematicamente uma hipótese.

Sua aplicação enquanto método descritivo data dos anos 1950 e se baseia na leitura das redes como um conjunto de pontos ou nós (*nodes*) unidos por elos (*ties*) (SOUZA e QUANDT, 2008). Assim, a representação das redes sociais ocorre através de gráficos (representação visual) e matrizes (representação numérica). Estas matrizes “permitem a visualização de relações e padrões que dificilmente seriam percebidos nos sociogramas de pontos e linhas, principalmente em redes muito grandes e densas” (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 36).

Para este trabalho, será utilizada a teoria dos grafos como metodologia de análise da rede de relacionamento formado entre os municípios e as empresas de consultoria na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). No processamento dos dados foram utilizados os softwares UCInet e NetDraw, específicos para Análise de Redes Sociais.

4. ANÁLISE DE REDES SOCIAIS APLICADA À ELABORAÇÃO DOS PLHIS

4.1. Hipótese e Objetivo

Conforme exposto anteriormente, a nova Política Nacional de Habitação no Brasil trouxe uma série de responsabilidades aos entes federados, dos quais se destaca neste trabalho a necessidade da elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, por parte dos municípios. Neste sentido, o Ministério das Cidades tem apoiado os municípios neste processo, sobretudo por meio da viabilização de recursos financeiros para a realização das ações e atividades necessárias à formulação ou implementação de investimentos habitacionais.

Devido a diversos fatores inerentes à gestão municipal, observa-se que grande parte dos municípios está utilizando o financiamento do Ministério das Cidades para licitação e contratação de serviços de consultoria para elaboração do Plano. Neste contexto, este estudo busca investigar a rede de relacionamento estabelecida entre consultorias e municípios, partindo da hipótese que um número reduzido de empresas têm sistematicamente desenvolvido grande parte dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social na região Sul do país.

4.2. Metodologia da Pesquisa

Segundo Gil (2002), a metodologia abrange os aspectos referentes ao Planejamento da Pesquisa, considerando o ambiente de coleta dos dados e a forma de controle das variáveis adotadas. Neste sentido, para esta pesquisa foram adotadas duas metodologias, a saber: *Survey Amostral* e *Análise de Redes Sociais*, levando a elaboração clara e rigorosa de um modelo lógico a fim de comprovar a hipótese estabelecida. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, descritiva e explicativa, visto que a mesma descreve as características de determinada população, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados e visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de certos fenômenos (SILVA; MENEZES, 2001).

O universo da pesquisa engloba os municípios da região Sul do Brasil com população superior a 25.000 habitantes, correspondendo a 216 municípios dos quais: 70 são do estado do Paraná, 46 de Santa Catarina e 100 do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados adotou-se como técnica de pesquisa a busca nos portais eletrônicos (sites) dos municípios e o contato por intermédio de correio eletrônico, visando obter informações sobre o processo de elaboração de seus respectivos Planos.

No período de Agosto de 2009 à Janeiro de 2010 foram enviados e-mail's e consultadas as páginas eletrônicas de todos os municípios da população pesquisada, dos quais 25,46% (55 municípios) apresentaram informações sobre a temática e por isso constituíram a amostra da pesquisa. Tal amostra apresenta representatividade nos três estados analisados, conforme apresentado na Tabela 01.

PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL	
Arapongas	Balneário Camboriú	Alvorada	Osório
Cascavel	Blumenau	Bagé	Passo Fundo
Curitiba	Braço do Norte	Bento Gonçalves	Porto Alegre
Francisco Beltrão	Concórdia	Cachoeira do Sul	Rio Grande
Irati	Criciúma	Candelária	Santa Cruz do Sul
Laranjeiras do Sul	Florianópolis	Canela	São Leopoldo

Maringá	Gaspar	Carazinho	Sapiranga
Paçandu	Jaraguá do Sul	Encruzilhada do Sul	Três de Maio
Paranavaí	Joinville	Esteio	Viamão
Pinhão	Mafra	Frederico Westphalen	
Ponta Grossa	Palhoça	Gramado	
São José dos Pinhais	São Bento do Sul	Guaporé	
Sarandi	São Miguel do Oeste	Lagoa Vermelha	
Telêmaco Borba	Sombrio	Lajeado	
	Timbó	Montenegro	
	Tubarão	Novo Hamburgo	

TABELA 1 – Amostra de Municípios da Pesquisa.

Fonte: autores.

Considerando que o objetivo principal deste trabalho é compreender a rede de relacionamento entre os municípios e as empresas de consultoria no processo de elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, a escolha pela abordagem quantitativa dentro de uma amostra não probabilística é considerada adequada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, os 55 municípios integrantes da amostra foram incluídos na plataforma do software UCInet com as respectivas consultorias que o auxiliaram na elaboração do PLHIS, de forma a verificar as relações existentes entre estes elementos.

A figura 01 organiza os municípios por contratação (ou não) de consultoria para elaboração do PLHIS, sendo possível comprovar a hipótese inicial de que grande parte dos municípios contratou empresas de consultoria para auxiliar no processo de elaboração do Plano.

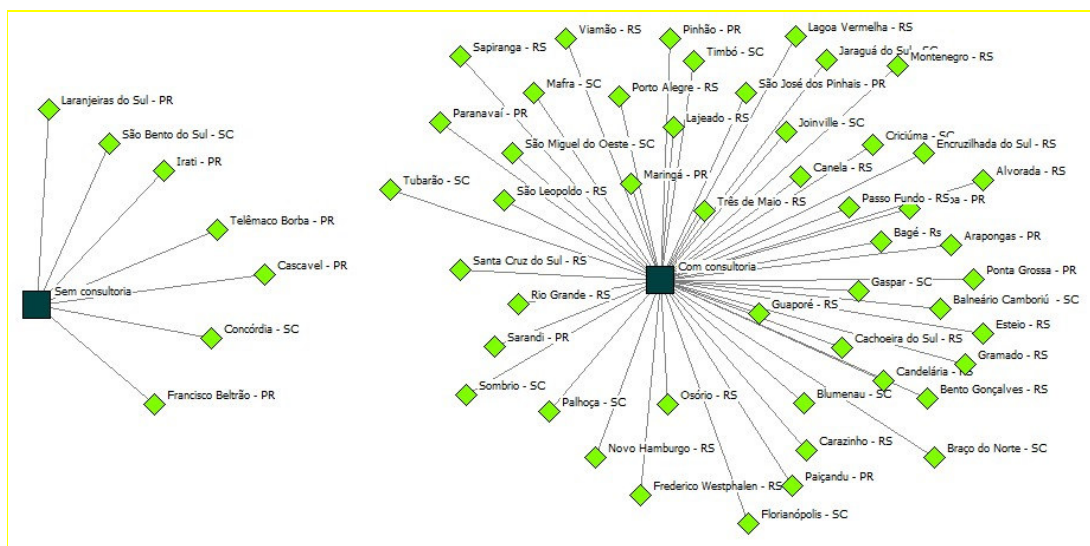


FIGURA 1 – Grafo da Rede de Municípios que contrataram Consultorias. Fonte: autores.

Adicionalmente a análise básica, a figura 02 apresenta de maneira mais específica o inter-relacionamento entre os municípios e as empresas consultoras. No grafo resultante, os nós em verde claro correspondem aos municípios da amostra que contrataram serviços de consultoria e os nós em verde escuro, as respectivas empresas que prestaram o serviço. Além das duas variáveis principais, foi destacada outra variável fundamental na análise que se segue, a saber: o nó na cor laranja, que congrega os municípios que não informaram o nome da empresa de consultoria e por isso seu relacionamento no grafo é – nesta análise – irrelevante.

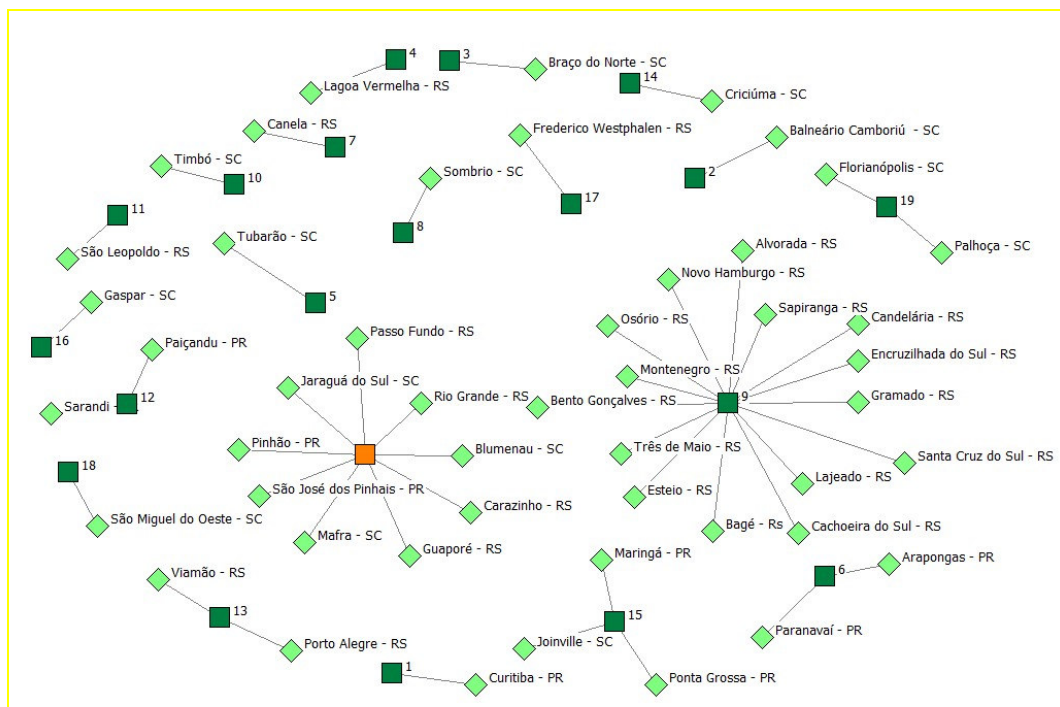


FIGURA 2 – Grafo da Rede de Relacionamento entre Municípios e Consultorias. Fonte: autores.

Como pode ser observado na figura acima, destaca-se um padrão heterogêneo de relações, onde se identificam diferentes graus de centralidade em relação às consultorias. Neste ponto, vale citar SOUZA e QUANDT (2008, p. 34) que afirma que “atores são considerados mais centrais quando apresentam uma quantidade maior de relacionamentos com um número maior de atores da rede, ou desempenham um papel social caracterizado por alta conectividade com outros atores”.

Deste modo, se destaca a empresa 09 por apresentar alto *Degree*, ou seja, possuir elevada quantidade de relações com diferentes municípios. Além desta, vale ressaltar que a amostra de 55 municípios se relaciona com apenas 19 empresas de consultoria, denotando a recorrência das mesmas na elaboração de diferentes Planos Locais de Habitação de Interesse Social. A tabela 02 quantifica estas relações, sendo possível observar a alta representatividade de empresas que desenvolveram trabalhos para mais de um município, equivalendo a 72,92% dos municípios que contrataram serviços de consultoria.

Código Consultoria	Degree	%
09	15	31,25%
00	9	18,75%
15	3	6,25%
12	2	4,17%
13	2	4,17%
19	2	4,17%
06	2	4,17%
SubTotal (1)	35	72,92%
Total (2)	48	100,00%

TABELA 2 – Consultorias com relação Degree maior que 1. Notas: (1) Total parcial das empresas com degree superior a um; (2) Degree total dos relacionamentos analisados.

Fonte: autores.

Após a identificação da rede de relacionamento entre os municípios e as consultorias, se torna interessante entender o modo pelo qual tais municípios estão distribuídos segundo os estados da região Sul do Brasil. O que se observa a partir da amostra pesquisada, de modo geral, é a predominância de atuação das empresas exclusivamente em um estado², sendo pouco representativa a relação de consultorias entre diferentes estados. O padrão geral observado é a configuração de redes imbricadas entre municípios e consultorias de estados semelhantes o que, contudo, não significa que não haja interação entre tais consultorias, visto que os profissionais podem atuar de maneira terceirizada em mais de uma empresa.

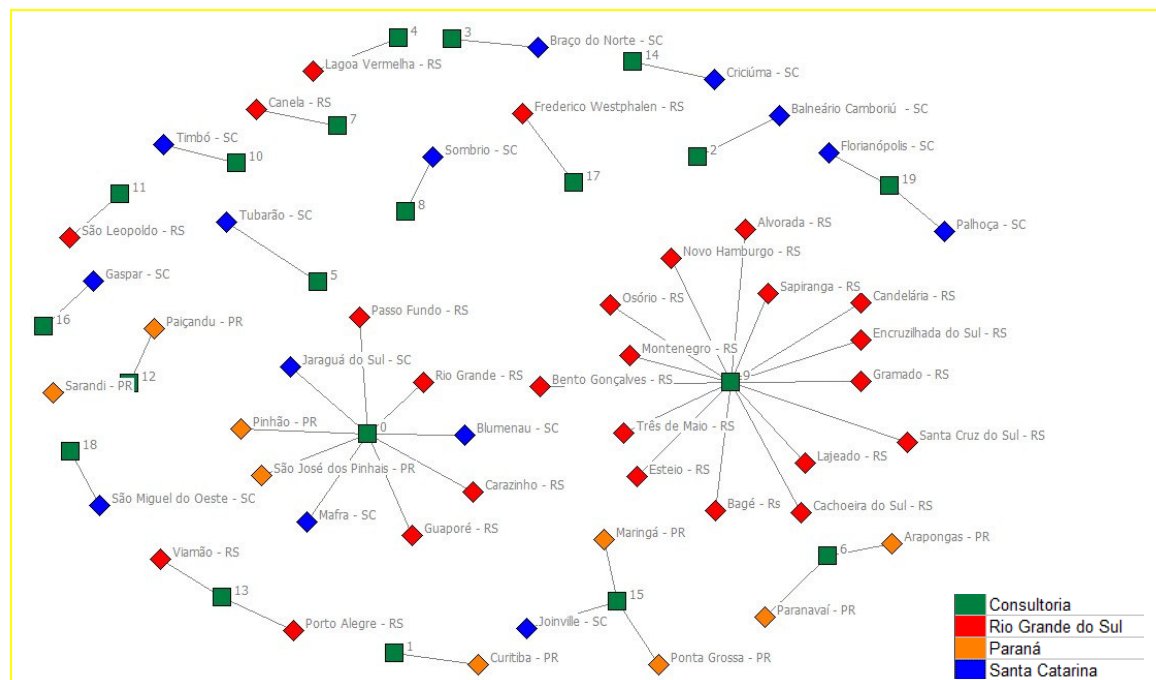


FIGURA 3 – Gráfico da Rede de Relacionamento entre Municípios e Consultorias por Estado. Fonte: autores

6. CONCLUSÕES

A Análise de Redes Sociais (Social Network Analysis – SNA) é uma metodologia de origem multidisciplinar que apresenta como principal vantagem a formalização gráfica e quantitativa de processos e propriedades específicas de uma realidade social. Sua adoção como procedimento metodológico passa pela observação de fenômenos e eventos sociais por meio de uma abordagem diferenciada constituindo assim, antes de tudo, um instrumento de interpretação da realidade.

Sua utilização na análise da rede de relacionamento entre municípios e empresas de consultoria permitiu uma série de observações. Com base na amostra analisada pôde-se observar que, com exceção de uma pequena quantidade de municípios, a adoção de serviços de consultoria técnica para a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social predomina no universo de municípios pesquisados. Neste sentido, identificou-se um padrão heterogêneo de relações, onde são observados diferentes graus de centralidade quanto às empresas de consultoria. Sobre esta questão, ainda vale destacar que 72,92% dos trabalhos de consultoria analisados na amostra (35) foram elaborados por apenas sete empresas, denotando a recorrência das mesmas na elaboração de diferentes Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

Quanto à distribuição estadual, o padrão analisado revelou o predomínio de atividades de consultoria em apenas um estado, sendo desconsiderável a atuação de consultorias entre diferentes estados. O padrão

² O código 0 representa *Empresa não informada* e por isto não é representativo na interação entre diferentes estados.

geral observado é a configuração de redes imbricadas entre municípios e consultorias de estados semelhantes o que, contudo, não significa que não haja interação entre consultorias e diferentes estados.

Como uma das limitações da aplicação da Análise de Redes Sociais nesta pesquisa pôde-se constatar que esta se restringe a um recorte específico da realidade revelando os resultados referentes apenas aos 55 municípios pertencentes à amostra. Deste modo, a pesquisa permitiu a identificação de uma tendência de comprovação da hipótese estabelecida que, contudo, na pode ser simplesmente generalizada para todos os municípios da região Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, N. *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula*. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf (consultado em: 15/03/2010).

BORGATTI, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C.. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BÖRZEL, T A. Organizando Babel: redes de políticas públicas. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (eds.) *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p.217-256.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Planos Locais de Habitação de Interesse Social - EAD-PLHIS*. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

_____. Ministério das Cidades. *Plano Nacional de Habitação*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politicanacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf> (consultado em: 11/03/2010).

_____. Ministério das Cidades. *Sistema Nacional de Habitação*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politicanacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf> (consultado em: 11/03/2010).

DUARTE, F.; FREY, K. Redes urbanas. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (eds.) *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p.155-177.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARICATO, E. *O Ministério das Cidades e a política urbana no Brasil*. São Paulo: *Arquitetura e Urbanismo*, 2007, p. 64-65.

MOREIRA, T. e SCHUSSEL, A. *Os Planos Municipais de Habitação e seus Processos Participativos: Curitiba, Salvador e Santo André*. Florianópolis: Anais do III Congresso Brasileiro e II Congresso Ibero Americano de Habitação Social: ciência e tecnologia, 2010.

SILVA, Edna L.; MENEZES, Estera M. *Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3ª Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (eds.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p.31-63.